

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO A

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO 115, DE 2007.

Institui, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais e dos Tribunais de Justiça, turmas e câmaras especializadas e exclusivas em matéria de probidade administrativa.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do §3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar acrescida do seguinte art. 100-A:

“Art. 100-A. O Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, os Tribunais Regionais Federais e os Tribunais de Justiça dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios manterão Turmas ou Câmaras especializadas e exclusivas em matéria de probidade administrativa, compreendendo o processamento e julgamento de ações originárias e de recursos relativos a crimes contra a administração pública e a crimes a eles conexos, bem como as ações cíveis relativas a atos de improbidade administrativa.

§1º. Compete exclusivamente ao relator da ação penal decidir fundamentadamente sobre:

I – o recebimento da denúncia;

II – a regularidade da ação e as providências necessárias ao seu prosseguimento quando iniciada perante outros juízos e posteriormente encaminhada ao Tribunal em razão de



B73CFB6400

superveniente investidura do réu em outro cargo público;

§2º. A renúncia, a perda ou o término do mandato ou a exoneração do cargo, a pedido ou de ofício, não impedem o regular prosseguimento da ação na instância em que originalmente proposta."

Art. 2º O Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça e os Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal enviarão, no prazo de 180 dias, a contar da promulgação desta Emenda Constitucional, os projetos de lei necessários à implantação das turmas e câmaras ora instituídas.

Art. 3º Acrescente-se o seguinte inciso XVI ao artigo 93 da Constituição Federal:

"Art.

93.....

XVI – Os juízes e tribunais encaminharão semestralmente ao Conselho Nacional de Justiça relatórios sobre o andamento de processos que presidem, relativos a atos de improbidade administrativa e a crimes contra a administração pública. "

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão em 12 de maio de 2010.

Deputado VITALDO RÊGO FILHO
Presidente

Deputado FLÁVIO DINO
Relator



B73CFB6400